

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FORUM DE CIÊNCIA E CULTURA

III CURSO DE ATUALIZAÇÃO
SOBRE ESTUDO
DE PROBLEMAS BRASILEIROS

EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

1973

166

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho, elaborado por um grupo de professores estagiários do Curso de Atualização sobre Estudo de Problemas Brasileiros do Forum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, realizado em 1973, tem a finalidade de analisar a educação como fator importante no desenvolvimento de um país.

Apesar de ser um grupo heterogêneo, constituído de professores de áreas de ensino completamente diferentes, tentou-se numa visão parcial mostrar a contribuição da educação no contexto nacional.

Concorreram sem dúvida, bastante, as consultas formuladas através de diversos autores, como mostra a bibliografia anexada.

Não fosse também a limitação imposta a respeito do número de páginas, determinada pela Coordenação do Curso, acreditamos que o presente trabalho seria de grande utilidade para a coletividade em geral.

Esperamos que o mesmo de qualquer forma sirva de subsídios para aqueles que se dedicam ao estudo da educação.

TRABALHO DE GRUPO

TEMA: EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

COMPONENTES:

ANALIA PAOLIELLO

GILBERTO LIMA

JOÃO OSÓRIO FERRAZ DE BARROS

JOSÉ HERCV VILLELA DE ANDRADE

LUSÉLIA DE SOUZA BRANDÃO

LUIZ EDUARDO PESTANA DE AGUIAR SILVA

MAREJÚ VALTA HOHN

MARGARETA LUCE DELGADO

MARIA EMMA LENK ZIGLER

MARIA DA PENHA DUBOIS

RAIMUNDA DA SILVA BECKER

RUY DE CASTRO SODRÉ

S U M Á R I O

A Educação como Agente do Desenvolvimento	1
Condicionantes do Sistema Educacional Brasileiro	
- Considerações Gerais	2
Atendimento do Sistema Educacional Brasileiro nos três níveis	7
A Educação Profissionalizante	10
A Educação Permanente	12
Educação para a Saúde como instrumento capaz de acelerar a obtenção de melhores níveis sanitários..	14
Preparo do Magistério	17
A Educação Física	18
Diagnóstico de Aptidão Física em Jovens Brasileiros	21
A Insuficiência da Escola e a utilização dos modernos meios de comunicação	22
A Arte como fator cultural	25
O importante papel da Família na resultante do Sistema Educacional	26
Papel da Família na Educação	29
Conclusão	31
Conclusão Geral	32
Bibliografia	

A Educação Como Agente do Desenvolvimento

Não mais se discute hoje a importância da educação como um fator de primeira grandeza no processo de desenvolvimento social e econômico. Porém, é um fator importante quando está devidamente integrada em todos os outros fatores da evolução de um país.

Torna-se a educação tanto mais fundamental, em vista do quadro do desenvolvimento desejado, quanto mais estiver ela voltada para propiciar ao homem a sua mais completa realização na sociedade em que vive.

Desde Adam Smith, os estudos sobre a educação dão ênfase a ligação entre educação e desenvolvimento econômico. Em sua teoria o economista inicia uma série de idéias reformadoras, desejando a definição de objetivos para a educação.

David Hume era partidário das idéias reformadoras de Adam Smith, visando principalmente um método onde o educando participasse ativamente, através da utilização de textos, leituras e experiências. Os dois autores, concordavam que deveria haver interferência governamental para suprir a educação dos pobres, pois, para eles, a educação seria a "base de um bom governo civil e também uma atividade econômica e como tal, uma forma de progresso".

Outros economistas ligaram-se a este raciocínio econômico sobre educação. Para Ricardo, Malthus e Mill o bem-estar econômico estaria intimamente ligado à educação que teria também fins morais e políticos.

A Educação Como Agente do Desenvolvimento

Não mais se discute hoje a importância da educação como um fator de primeira grandeza no processo de desenvolvimento social e econômico. Porém, é um fator importante quando está devidamente integrada em todos os outros fatores da evolução de um país.

Torna-se a educação tanto mais fundamental, em vista do quadro do desenvolvimento desejado, quanto mais estiver ela voltada para propiciar ao homem a sua mais completa realização na sociedade em que vive.

Desde Adam Smith, os estudos sobre a educação dão ênfase a ligação entre educação e desenvolvimento econômico. Em sua teoria o economista inicia uma série de idéias reformadoras, desejando a definição de objetivos para a educação.

David Hume era partidário das idéias reformadoras de Adam Smith, visando principalmente um método onde o educando participasse ativamente, através da utilização de textos, leituras e experiências. Os dois autores, concordavam que deveria haver interferência governamental para suprir a educação dos pobres, pois, para eles, a educação seria a "base de um bom governo civil e também uma atividade econômica e como tal, uma forma de progresso".

Outros economistas ligaram-se a este raciocínio econômico sobre educação. Para Ricardo, Malthus e Mill o bem-estar econômico estaria intimamente ligado à educação que teria também fins morais e políticos.

Mill era mais radical na defesa da educação pública. Para ele o governo deveria não só manter toda educação pública, mas também impedir qualquer iniciativa de ensino particular.

Marshall desejava uma educação técnica mais aprimorada, dando ênfase à função do operário na sociedade.

A todas estas teorias, basicamente econômicas, temos uma crítica a fazer: há o enfoque exagerado nas incumbências do governo e nas idéias economicistas sobre educação, esquecendo-se da educação assistemática.

Autores mais modernos vêem a educação como caminho seguro e indispensável para o desenvolvimento material de qualquer comunidade.

A educação mantida publicamente atribui funções preponderantes na promoção da paz e da harmonia sociais, do auto aperfeiçoamento, assim como no processo mesmo de criação de riquezas.

Condicionantes do Sistema Educacional Brasileiro

Considerações Gerais

Com relação a realidade brasileira, o sistema educacional deve existir para capacitar o homem a participar com eficácia no desenvolvimento nacional.

Para boa formulação do planejamento de um sistema educacional deve haver uma medida realística que se enquadre nos recursos financeiros, na estrutura social, e ainda que leve em conta todos os condicionamentos geográficos, demográficos, so-

ciais, econômicos e financeiros existentes.

Fazer prevalecer a idéia de que o desenvolvimento de recursos humanos do país deve correr paralelo ao desenvolvimento de seus recursos materiais, é obra de grande importância para os educadores e para todos os brasileiros.

Percebia-se mal o assunto, prevalecia a interpretação quantitativa de certos economistas que circunscreviam as forças do desenvolvimento econômico exclusivamente à terra, capital e ao trabalho. Reconhecida a idéia de que a educação tem alto valor econômico pelo aprofundamento do estudo das relações entre educação e desenvolvimento, do balanço entre o investimento educacional e as decorrentes taxas de retorno econômico, mister se faz atender a necessidade de conferir recursos ótimos, dentro dos planos de desenvolvimento integral.

O desenvolvimento econômico constitui o esforço por elevar o nível de renda "per capita". Renda "per capita" é um indicador aproximado do nível de bem-estar social, desde que habilita a estimar os bens e os serviços disponíveis para as necessidades sociais, embora não possa sozinho fazer alcançar a resposta final quanto ao que seria uma ótima distribuição dessa renda.

Constitui o processo de desenvolvimento uma enorme transformação, uma rápida mudança dos meios de vida tradicionais para o industrialismo, para a utilização da moderna tecnologia emergindo do ciclo agropecuário para o industrial-tecnológico. Harrison define a estratégia de tarefas essenciais

as sociedades que vivem esse processo pelas quais se percebe o seu grau de conexão de complementaridade, como sendo as seguintes:

- 1 - Construção de instituições políticas efetivas e sadios sistemas de governo
- 2 - Modernização da agricultura tradicional.
- 3 - Fomento da rápida industrialização
- 4 - Equilíbrio econômico e político nas relações externas.
- 5 - Amplos sistemas de educação armados considerando a necessidade de mudanças rápidas

Por este esquema operativo da modernização das sociedades tradicionais vê-se o papel que nele é reconhecido à educação, como meio, o mais importante, pelo qual uma sociedade pode influenciar a qualidade do fator humano no processo de desenvolvimento econômico e de modernização social.

Gradativamente firmaram-se os conceitos de educação como instrumento de política econômica, manifestável por duplo aspecto como bem de consumo, como efeito direto no padrão de vida, como bem de produção, produzindo impacto direto na eficiência da produção. Ambos os aspectos perduráveis por toda a vida do educando, representam o que se poderia definir como um investimento a longo prazo.

Em muitos países como a União Soviética, já em 1924 o governo fazia plano- Gosplan - realizando investigação sobre os resultados econômicos do plano decenal para o desenvolvimento escolar. Foi estimado que o trabalho daqueles que tinham recebido educação primária era uma e meia vezes mais pro

duto do que o dos analfabetos da mesma idade fazendo o mesmo trabalho; que a produção daqueles que receberam educação secundária era duas vezes maior enquanto a dos graduados em nível superior era quatro vezes superior.

O professor Kairon, em reunião da Associação Internacional de Sociologia, afirmou que ao ser introduzida a educação universal de quatro anos na U.R.S.S. a estimativa de benefício à economia foi calculada como sendo quarenta e três vezes superior a soma investida em educação.

Muitas pesquisas têm sido realizadas para demonstrar resultados investigados a respeito do rendimento educacional medido em termo salário auferido.

"O Brasil, até 1964, não só gastava pouco em educação, como também gastava absurdamente mal, visto o irrealismo dos currículos e a irracionalidade do sistema de ensino ser uma constante, que forçava a assimilação de uma cultura de "fachada", sem qualquer profundidade teórica ou prática".

"Após a Revolução de 31 de março, com a criação do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e dos órgãos de apoio (Fundação IBGE, IPEA e CNRH) passou o Brasil a uma era indutiva no campo do planejamento educacional, isto é, dispondo de técnicos exclusivamente dedicados ao estudo dos problemas educacionais".

O resultado imediato dessa nova estratégia adotada foi a referente ao total de recursos (públicos, privados e externos) aplicados em educação. Enquanto em 1964 dispendíamos

2,2% do Produto Internacional Bruto, em 1969 essa percentagem cresceu 1,6% atingindo a 3,8% o que representou um notável esforço em favor do desenvolvimento brasileiro, visto o uso desses investimentos servirem, também, como instrumento de distribuição de renda e de mobilidade social.

"Em fevereiro de 1969, a Área Estratégica de Infraestrutura Social, referente à Educação e Recursos Humanos, do PED, "Programa Estratégico para o Desenvolvimento", encontrava-se pronta constituindo-se no primeiro documento, redigido por brasileiros, que apresentava um diagnóstico detalhado sobre a matéria e as recomendações para o desenvolvimento adequado da ação governamental".

O sistema educacional brasileiro, levando em conta os condicionantes geográficos, demográficos, sociais, econômicos e políticos, não deverá se constituir num modelo rígido e sim traduzir uma política nacional de educação que possua um mínimo de unidade nos seus fins, meios e equipamentos disponíveis, a fim de que possa admitir alternativas derivadas e variantes de acordo com as regiões, os grupos sociais e os próprios indivíduos; deve entretanto garantir um mínimo de coerência com a realidade da sociedade como um todo.

Sendo o planejamento um processo de intervenção nacional na realidade sócio-econômica que se deseja modificar, temos, inicialmente, que distinguir os principais estágios dessa intervenção a saber:

- 1º) Diagnóstico da evolução do sistema que se pretende modificar;

- 2º) Formulação de uma política de desenvolvimento para o sistema;
- 3º) Elaboração do plano propriamente dito;
- 4º) Implementação do plano;
- 5º) Avaliação periódica dos resultados obtidos;
- 6º) Reformulação progressiva das metas e dos instrumentos do plano.

O planejamento educacional se insere no "Planejamento dos Recursos Humanos" e este no planejamento social e objetiva remover com eficiência as dificuldades referentes ao fator "mão de obra qualificada" cuja deficiência é reconhecida por todos como um dos mais sérios obstáculos ao desenvolvimento dos países carentes.

Embora os recursos humanos disponíveis tenham por base a população e de maneira mais restrita, a Força de Trabalho, elas não existem por si sós. Necessitam ser formados, conservados e mobilizados para as tarefas indispensáveis ao desenvolvimento.

De qualquer forma, o mais importante do Planejamento Educacional, tal como no Planejamento de Recursos Humanos, em geral, é que os planos estejam calcados na realidade e que não fiquem apenas no papel. A entidade que faz ou que solicita o plano deve estar em condições de implementá-lo.

Atendimento do Sistema Educacional Brasileiro Nos Três Níveis

No setor Educacional brasileiro não se encontra uma de limitação jurídico-legal de áreas de competência para a manu-

tenção dos três níveis de ensino para três esferas administrativas. Existem porém várias circunstâncias que estabelecem uma diferença natural para cada área, que vem sendo respeitada diferentemente pelos poderes públicos federal, estadual e municipal. O diagnóstico aponta, com grande riqueza de séries estatísticas, os erros essenciais da educação brasileira, tais sejam:

- a) - O binômio repetência-evasão
- b) - A inadequação dos currículos no curso primário
- c) - Escassez de vagas na rede de ensino público
- d) - A falta de professores com formação conveniente
- e) - A rigidez e a estanqueidade dos cursos de ensino médio
- f) - O desajustamento às necessidades do mercado
- g) - A deficiente qualidade do ensino
- h) - A ausência de planejamento do ensino superior

O nosso sistema educacional traz vícios, em grande parte resultantes de sua origem política, já que se utiliza de espelhos de outras realidades sociais, que não a nossa, o que conseqüentemente só poderia acarretar uma inadaptação dos sistemas às exigências da sociedade brasileira.

Chega-se à conclusão, portanto, que cabe ao sistema educacional procurar relacionar a instrução com ensinamentos de atividades práticas, vinculadas ao trabalho, conforme prevê a Lei 5692/71.

Os currículos refletirão o princípio da flexibilidade em três aspectos fundamentais: a estrutura, duração e a aplicação. Flexíveis quanto a estrutura, isto é, permitir

aos graduados a liberdade de adaptação em sua vida profissional a tipos de atividades afins proporcionando inclusive aos alunos a preparação cultural desinteressada se por acaso o exigirem as suas preferências. Flexíveis quanto a direção substituindo o regime de seriação pelos de créditos facilitando ao aluno a realização de seu curso em prazo menor ou maior. Flexíveis quanto a aplicação, pois constituindo-se de disciplinas facultativas e obrigatórias proporcionam uma melhor participação dos alunos na escolha das opções para complementação de sua formação cultural.

O art. 4º da Lei 5.692 diz textualmente: Os currículos do ensino de 1º e 2º graus terão um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos.

O art. 5º da mesma Lei, diz no seu parágrafo 1º - Observadas as normas de cada sistema de ensino, o currículo pleno terá uma parte de educação geral e outra de formação especial, sendo organizado de modo que:

a) No ensino de primeiro grau, a parte de educação geral seja exclusiva nas séries iniciais e predominantemente nas finais

b) No ensino de segundo grau, predomine a parte de formação especial

O Decreto-Lei 869 de 12/9/69, no artigo 2º, determinou que a Educação Moral e Cívica tem, entre outras, as se-

guintes finalidades:

- 1) Defesa do princípio democrático
- 2) Preservação do espírito religioso
- 3) Amor à liberdade com responsabilidade
- 4) Projeção dos valores espirituais e éticos
- 5) Fortalecimento da unidade nacional
- 6) Aprimoramento do caráter
- 7) Culto à Pátria e aos seus grandes vultos
- 8) Compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros
- 9) Preparo do cidadão
- 10) Culto de obediência à Lei

O Decreto citado sintoniza com o artigo N. 7 da Lei 5.962.

A Educação Profissionalizante

Nos Estados Unidos entre 1929 e 1957 atribuiu-se apenas 45% do crescimento do desenvolvimento aos investimentos de capital e ao crescimento populacional; cabendo 55% à educação profissional adotada a conseqüente melhora da produtividade.

"No Brasil a educação profissional teve o seu início com o Decreto N. 7.566 de 23/09/1909, no governo Nilo Peçanha: criação das Escolas de Aprendizagem e Artífices em todas as capitais do Estado. Em 1920, com o Ministro da Agricultura e Comércio, Idelfonso Simões Lopes, foi dado um passo na organização do ensino profissional. Em 1922 o Projeto Fidelis Reis tornava extensivo o ensino profissional obrigatório -

nio a todos; um projeto revolucionário que teve forte oposição, sendo sancionado só em 1927, pelo Presidente Washington Luiz, com emenda substitutiva que excluía a obrigatoriedade, sob o N. 5.241 de 22/8/1927.

1930 - Revolução - Criação do Ministério da Educação e Saúde Pública - Instalava-se a Inspeção de Ensino Profissional.

1934 - Decreto N. 24.558 de 3/7, transformava a Inspeção em Departamento de Ensino Profissional.

A Constituição de 1937 foi a primeira a introduzir normas relativas à educação profissional, e, em 1938, a implantação de cursos de aprendizagem nos estabelecimentos industriais. Em 1939, foi formada uma Comissão Federal Interministerial, composta pelos Senhores Roberto Mange, Lycerio Schreiner, Rodolpho Fuchs e Joaquim Gois Filho, com a finalidade de estudar a educação profissional. Em 1942, o Decreto-Lei N. 4.048 de 22/01 criou o SENAI, logo após, o Decreto-Lei N. 4.073 de 30/01 a Lei Orgânica do Ensino Industrial, estava elevado a nível médio o ensino industrial.

Em 1959 foi dada autonomia financeira, administrativa e didática das Escolas Técnicas Federais. Era experiência positiva do SENAI.

Em 1963 foi feita a classificação de indústrias pelo Serviço Nacional de Recenseamento do IBGE, em 25 especificações diversas para indústrias.

A educação se vê assim obrigada a uma reformulação pe

la revolução tecnológica, exigindo a preparação continuada do homem ou do grupo pelas novas solicitações de ordem social e geral.

"Segundo estudiosos deste assunto o método base de Educação Permanente deve ser a Conversão: tanto das elites dirigentes na iniciativa pública e particular, como a Conversão de operário, acompanhando as transformações do trabalho e, de um modo todo especial, a conversão dos educadores, para acompanhar a evolução da cultura e do desenvolvimento".

"Necessita o homem de hoje, de uma constante atualização de novos cursos durante sua vida útil, para sobreviver face às exigências de contínuas mutações".

Este fenômeno se observa no Brasil, onde já se verifica a invasão nas escolas tradicionais de cursos rápidos, cursos de pequena duração profissionalizantes.

O ensino secundário antes da Lei 5.692/71 não passava de ante-sala da Universidade, diplomando aluno sem nenhum preparo para vida prática; agora com a supressão de hiato entre o primário e o secundário onde havia grande evasão escolar. Dã-se a todos os alunos uma educação que os habilite a um exercício profissional sem prejuízo do acesso ao curso superior.

A Educação Permanente

Além do atendimento regular dos três níveis já desenvolvidos, existem outros tipos de atendimento que correspondem a alfabetização de adultos, atualização de ensino, espe-

cialização.

A educação permanente se refere aos cursos de extensão universitária e também de possibilitar-se ao adulto retomar estudos interrompidos ou prosseguir além de um curso inicial limitado. Entre o curso de extensão, geralmente de curto prazo e objetivo restrito, e o curso de pós-graduação existem cursos complementares de atualização e especialização para fins práticos.

O investimento em educação, quando bem planejado e adaptados às necessidades da sociedade, é altamente produtivo e todos os cidadãos se beneficiarão do retorno.

A conexão entre educação e produção é muito estreita e existem vários estudos que demonstram através de levantamento estatísticos e conclusões gerais.

A contribuição da educação para o bem-estar comum leva também benefícios econômico-sociais; serve para o desenvolvimento de habilidades, justificando-se assim, plenamente, como serviço público.

O capital educacional empregado em uma sociedade deve ser necessariamente pesado para se saber quanto se "gastou", pois só deve pretender saber se este capital está qualitativa e quantitativamente, satisfazendo e completando as necessidades do país. O importante, em educação, não é se aplicar muito, mas é se aplicar bem.

Educação para a saúde como instrumento capaz de acelerar a obtenção de melhores níveis sanitários

É sabido que as condições gerais de saúde no Brasil estão longe de ser satisfatórias. Para justificar esta afirmação, basta citar alguns indicadores:

- alta mortalidade geral devida principalmente ao grande número de óbitos entre menores de 5 anos
- maior percentual desses óbitos no primeiro ano de vida
- 40% do total de óbitos devidos às doenças transmissíveis
- problemas de saúde ligados à nutrição ocupando importante papel na agravação do quadro nosológico brasileiro
- alta incidência de doenças transmissíveis na população geral (diarréias infectuosas, gripes, pneumonia, malária, tuberculose pulmonar, esquistossomose, doenças de chagas, sarampo, tétano, lepra e ancilostomose)
- vida média ainda muito baixa (em torno de 55 anos)

A esses indicadores, que revelam a gravidade da situação, juntam-se a escassez de recursos, sobrecarga dos serviços assistenciais rurativos (reconhecidamente mais onerosos), grande desconhecimento por parte da população quanto a medidas preventivas e baixos níveis educacionais.

Ora, não se pode esperar mudança sensível dessa si-

tuação em prazo e proporções desejáveis, se aos serviços assistenciais de saúde não se juntar o esforço conjunto das comunidades, para obter o máximo resultado no sentido de defender a saúde individual. Em grande parte, o desconhecimento dos mais rudimentares preceitos higiênicos e alimentares é a causa de diversas doenças, além de determinar a desnutrição, a fome e a morte.

Assim, a meta da educação para a saúde é eliminar a ignorância, o temor, as superstições, a rotina e a inércia, por se constituírem nas barreiras mais frequentes para o avanço e aplicação dos conhecimentos científicos. Somente a racional, permanente e ampla disseminação da educação sanitária poderá oferecer condições satisfatórias para assegurar ambiente sadio nos lares brasileiros, particularmente nos menos favorecidos. E esse objetivo só poderá ser conseguido através do ensino das medidas individuais de higiene que servem de escudo contra doenças, a fim de que o cuidado consciente de higiene venha a se converter, no futuro, em hábitos de vida cotidiana.

Até aqui a tarefa de educar para a saúde, na quase totalidade dos Estados brasileiros, esteve a cargo exclusivo dos Serviços Sanitários, particularmente os de Saúde Pública, reconhecidamente desprovidos dos recursos, humanos e materiais, para atender às necessidades das populações mais carentes de forma a proporcionar mudança epidemiológica significativa.

É conhecida a escassez de serviços sanitários em vas

tas áreas do país e até sua inexistência, em grande número de municípios, agravadas pela má distribuição de pessoal qualificado, que se encontra, na grande maioria, concentrado nas áreas mais desenvolvidas.

Os problemas de saúde estão de tal modo inseridos no contexto social, que a necessidade de desenvolver as ações de saúde numa perspectiva mais ampla se torna cada dia mais evidente e indispensável. Além disso, está provado que a ação educativa convenientemente orientada e avaliada interfere na realidade social e a transforma, se contar com a participação consciente e ativa dos grupos a que se destina.

Para corrigir essa omissão temos agora a Lei 5692 de 11/8/71, que em seu Artigo 7º inclui obrigatoriamente, nos currículos plenos das Escolas de 1º e 2º graus, programas de saúde. Ressentia-se a educação brasileira da falta de instrumento legal que permitisse aproveitar a Escola para incutir no educando, através do ensino sob todas as formas e métodos (específico, integral, acidental, e ambiental) o desejo de viver bem, despertando e aprimorando o ideal de saúde individual e coletiva, com indiscutíveis reflexos no rendimento escolar.

Um outro aspecto a considerar é a predisposição da criança e do jovem para incorporar novos hábitos e, conseqüentemente, estruturar comportamentos de saúde que, de certo, influenciarão os adultos na interação domiciliar. A esse fato pode-se acrescentar a ampliação do período de escolaridade (7 a 14 anos), fixado no Art. 2º da referida Lei.

Preparo do Magistério

A inclusão de programa de saúde no ensino de 1º e 2º graus cria para o magistério o encargo obrigatório de preparação nesse campo, tanto nos cursos de formação quanto nos de "reciclagem".

O que aqui desejamos ressaltar se prende aos aspectos principais da preparação dos professores para atender às exigências do Artigo 7º da Lei 5.692 de 11/3/71.

Os programas de saúde escolar devem compreender os seguintes pontos essenciais:

- 1 - Valorização da educação sanitária como parte de um programa educacional total
- 2 - Conhecimento sobre crescimento e desenvolvimento humano em seus aspectos físicos, mental, emocional e social
- 3 - Conhecimento de problemas de saúde de comunidades rurais e urbanas, incluindo suas relações com o meio cultural e sócio-econômico
- 4 - Práticas desejáveis de saúde individual
- 5 - Métodos e técnicas em educação sanitária que as segurem:
 - a) instrução de saúde adequada
 - b) práticas de saúde compatíveis com a idade, considerando necessidades, interesses e capacidades
 - c) correlação dos assuntos de saúde com outras matérias do currículo
- 6 - Consciência do papel da escola no programa de

saúde da comunidade, o que requer habilidade em trabalhar em cooperação com os outros, na área de Educação Sanitária.

A Educação Física

"O DESENVOLVIMENTO E A SEGURANÇA DE UM PAÍS SÃO DIRETAMENTE PROPORCIONAIS AO ESTADO DE APTIDÃO FÍSICA DE SEU POVO".

A aptidão física dentro do contexto de Recursos Humanos se alia ao problema de saúde. Nas grandes cidades esta premissa (a saúde do povo) já alcançou um grau mais avançado de solução. Mas os efeitos do desenvolvimento tecnológico nos grandes aglomerados populacionais fazem-se sentir cada vez mais em detrimento de Aptidão Física como fundamento para o Desenvolvimento e a Segurança em prol do BEM COMUM. A população brasileira habita cada vez mais as grandes cidades e já para 1980 está previsto ser 2/3 do total dos habitantes do país. (Estatística do IBGE). - Isto significa que a falta de espaço agravado pela poluição do meio ambiente constituem grave problema para a Aptidão Física do cidadão, que, apesar dos maiores recursos de assistência preventiva, sente cada vez mais os males da sedentariedade. Alia-se a isto a falta de previsão no planejamento urbanístico e vê-se criada calamitosa situação como esta por exemplo constante do RELATÓRIO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ESTADO DA GUANABARA em 1972, que revela numa sondagem no Centro do Rio de Janeiro e xistirem 3029 alunos de 1º grau sem chuveiros e com uma área livre de apenas 911 m² ou em Copacabana haver 4372 alunos do

2º arau com apenas 499 m² de área livre com 50 m² de vestiários: Para estes problemas novos que tendem a se agravar deve haver Novas Soluções. Seriam de modificações radicais dos métodos empregados até então, não podendo limitar-se à prescrição de obrigatoriedade de aulas de ginástica nas escolas. Aliás, neste particular evoluímos pouco considerando que já em 1851 a Lei N.º 630 tornava obrigatória a GINÁSTICA no currículo das escolas primárias e que em sua obediência pouco diferia do atual Decreto-Lei 705 de 1969 e o Decreto 69.459 de 1971 tornando obrigatória a EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS em todas as faixas etárias da escolarização. Necessitamos de Novos Métodos em busca da Elevação do Nível de Aptidão Física do nosso povo e que tem que sair dos muros escolares e alcançar toda população urbana. É preciso que todos estejam convictos da necessidade de combater os males advindos da vida sedentária nas grandes cidades. Esta mentalização seria até uma forma de aproximação das gerações quando todos se encontrassem no esforço comum de mais saúde e mais Aptidão Física. Teria que ser dividido em duas etapas desencadeadas simultaneamente:

- 1 - O esclarecimento dos cidadãos urbanos
- 2 - A criação de facilidades (Instalações etc.)

Dentro das cidades deve haver Centros de Aptidão Física destinados aos exercícios diários de curta duração aliados a cuidados de saúde inclusive exames médicos, de higiene e até de beleza (nada impede que nestes centros houvesse cabeleireiros e outros profissionais desta natureza). Se-

riam edifícios abrigando ginásios e piscinas, vestiários,abinetes e laboratórios médicos etc. Todos em recintos fechados com o devido condicionamento do ar (filtrado e de temperatura adequada). Teriam que ser em grande número e nas proximidades da clientela, isto é, das residências, escolas ou locais de trabalho. Ficariam abertos ao público em geral e às escolas em particular. Sua manutenção poderia ser incluída na sistemática dos serviços hospitalares, isto é, contribuições por institutos que transfeririam parte dos custos com o doente para a medicina preventiva (que é o caso).

Fora da cidade deve haver Parques de Recreação Desportiva destinados a atividades ao ar livre. Teriam que ser de fácil acesso através de rodovias modernas sem os inconvenientes do tráfego difícil. Haveria facilidades para os mais variados esportes de acordo com as possibilidades físicas e os custos de cada um. O planejamento destes parques teria que explorar os recursos naturais (ou criando-os artificialmente) tais como florestas, lagos, rios ou praias: Estes parques estariam em grandes áreas territoriais de modo a permitir a dispersão dos frequentadores, diminuindo neles a sensação de aglomerados humanos tão contrários à nossa natureza.

Vimos que as Atividades Desportivas em busca da elevação do nível de Aptidão Física não tem nada de comum com o Esporte-Espectáculo, que, ao contrário aglomera e excita as grandes massas. Não deixa de ter seu objetivo como meio

de integração social mas deve ser bem conduzido pelos meios de comunicação. Para o cidadão rural mesmo ser prioritário entre as várias modalidades esportivas pois seus problemas são opostos aos do cidadão urbano. O Esporte-Espetáculo já está bem difundido entre nós e não necessita mais que discreta vigilância pelos órgãos governamentais para garantir os efeitos positivos almejados.

Tratando-se de problema ligado ao homem é claro que o esforço pela elevação do nível de Aptidão Física através o esporte tem que situar-se dentro de um plano geral objetivando a melhoria de nossos Recursos Humanos onde tudo deve visar sempre no final o BEM COMUM, única forma de um BRASIL GRANDE E FELIZ.

Diagnóstico de Aptidão Física em Jovens Brasileiros

Da necessidade de cuidados com a Aptidão Física de nosso povo falam bem alto, além dos resultados obtidos nos exames de seleção para o Serviço Militar, os exames realizados em jovens universitários entre 20 e 30 anos. Estes testes limitaram-se a verificação da capacidade aeróbica de trabalho, excluindo força muscular ou habilidade motora. Feitas no LABORATÓRIO DE FISILOGIA DO ESFORÇO da E.É.F.D. pelo Dr. MAURICIO LEAL ROCHA e segundo a técnica de ARMSTRAND medem apenas o consumo de O_2 durante o esforço revelando assim o estado do sistema cardíco-respiratório. Os resultados foram os seguintes:

Classificação por nível intelectual	aptos	inaptos
Nível Prê-Universitário (Vestibular Ed. Fis)	48%	52%
Nível de Graduação (Est. da área médica)	28%	72%
Nível de Pós-Graduação (Engenharia - COPPE)	43%	57%

Dispomos também de amostragem do Índice de incapacidade física para a prestação de serviço militar; trata-se de exames orientados para a saúde como em todos na faixa etária dos 18 anos aplicados em 280.440 em 1969.

Classificação individual por Região Militar	aptos	inaptos
Região Norte (PA 8º RM)	25%	75%
Região Nordeste (MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, 10º RM)	25%	75%
Região Sudeste (ES, RJ, GB, SP, 1º e 2º PM)	45%	55%
Região Sul (PR, SC, RGS, 5º e 3º RM)	44%	56%
Região Centro-Oeste (GO, DF, 11º RM)	60%	40%

A insuficiência da Escola e a utilização dos Modernos meios de Comunicação

É, sem dúvida alguma, de grande relevância nos dias de hoje a atuação dos veículos de comunicação como fator destacado na Educação: em todas as camadas sociais, em reuniões, palestras, conferências ou discursos, enfim por todos os lados, fala-se na Comunicação ou na era da Comunicação de massas, uns analisando o poder nefasto dos veículos

de Comunicação enquanto outros, em sentido contrário, mostram o valor dos mesmos atuando de maneira eficaz em todos os quadrantes da vida nacional.

Marshall Mc Luman diz que hoje em diferentes cidades a maior parte da aprendizagem é feita fora da sala de aula. Esse ponto de vista é corroborado pela quantidade pura e simples de informações transmitidas pela imprensa, cinema, rádio e televisão que excede de longe a quantidade de informações e textos escolares.

O conceito de educação está intimamente ligado ao da sociedade. Para existir um sistema ou grupo social é indispensável que seus componentes se comuniquem entre si a fim de trocar idéias, analisar problemas, definir soluções, pleitear colaboração. Esta necessidade já era sentida pelos homens da caverna quando, através de grunidos e de gestos, procuravam estabelecer a primeira forma de comunicação.

Reconhece-se que comunicar é a forma mais rica de se educar pois toda comunicação proveitosa exerce uma função educativa que vai beneficiar os indivíduos que dela participam.

Os recursos audiovisuais têm demonstrado sua forma de utilização nos três campos educativos quais sejam os do ensino, de orientação e o da pesquisa, com maior rapidez e audiência.

O valor da imprensa é inegável, haja visto o sistema tradicional de transmissão verbal dos conhecimentos com

todas as deformações das mensagens.

O Projeto Minerva veio dar nova dimensão ao ensino no Brasil através do rádio; iniciado em 1970 é ouvido em todo o Brasil.

Grande é a influência do Cinema dentro e fora da escola.

A televisão educativa promove a elevação cultural da comunidade proporcionando educação de base, beneficiando os que não receberam educação escolar.

Colabora na obra de integração do povo brasileiro.

Leva o homem a melhorar o seu nível de vida mediante a alfabetização e a aquisição de conhecimentos indispensáveis.

Conduz o indivíduo a uma participação consciente e efetiva na vida da comunidade.

A televisão teve sua penetração aumentada com a conquista espacial via Embratel. Projeto SACI (Satélite Avançado de Comunicação Interdisciplinares).

O sistema moderno de gravação, fitas magnéticas computadores de 3a. geração e teleguiados, leva-nos a incerteza quanto ao futuro da humanidade.

- O homem conta com um poderoso instrumento para se preparar contra a deformação da tecnologia:

A Comunicação Social: O homem chegou a um estágio real

mente paradoxal na era das comunicações, não deter a máquina mas evitar que ela se volte contra seu criador; utilizar a máquina, mas não adquirir sua frieza e impessoalidade, experimentar, mas respeitar a dignidade fundamental visando garantir a sobrevivência da espécie humana.

A Arte Como Fator Cultural

Entendemos por arte no seu significado mais amplo, toda uma série de disciplinas, compreendendo o desenho, a pintura, a escultura, os artesanatos, a arquitetura, o desenho industrial, gráfico e ambiental, a música, o teatro, a literatura, o cinema etc.

O artista transmite suas idéias por estes meios de expressão e comunicação. Em todos os aspectos da vida do homem sempre foi muito importante a contribuição da arte.

O homem das sociedades industriais espera ter o mesmo prazer estético, diante dos objetos fabricados em série que o que encontra naqueles criados pelos artesões.

O artista projeta suas idéias e a percepção de sua mensagem é imediata, ela ultrapassa as diferenças de língua e de cultura. Quando ele atinge o ápice da glória supera a sua condição humana e integra, juntamente com a sua obra a cultura artística do meio e da época em que viveu, identificando-a aos hábitos e costumes dos povos, caracterizando as etapas de evolução da humanidade. Através dela, temos decifrado o passado e vivido o presente.

Cultura é arte, é garantir a sobrevivência do espírito

to, acima das paixões vis, comunicando diretamente em planos mais altos.

O Importante papel da família na resultante do sistema educacional

O grupo família, adquire enorme responsabilidade no aproveitamento ou anulação do ensino, considerando a sua desintegração crescente, devido à falta de preparo dos homens para a vida conjugal e paternal especialmente, gerando a tão discutida crise de gerações com as mudanças havidas nas áreas de comunicação, tecnologia e costumes.

Os primeiros anos de vida, são decisivos para a futura educação do homem. A criança pequena ao aceitar seus pais, deles aceita implicitamente a "regra" de conduta, a qual é impulsionada de um lado para a realização de atos desagradáveis (lavar-se, pentear-se, estudar etc) e de outros, detido pela proibição de atos agradáveis (comer doces e balas, brincar com objetos proibidos etc). A criança se vê bloqueada em sua personalidade, por um duplo sistema de coação, o negativo e o positivo, exercidos por meio de ordens ou fisicamente pela contensão ou castigos em sua lógica do "tudo ou nada", sempre impostos. Aos poucos entende a ação de reara, chegando mais tarde a observá-la mesmo na ausência dos adultos. Fica desorientado, pelas numerosas concessões que o adulto faz consigo mesmo, descumprido a regra já por ela aniquilada conforme seu humor ou circunstância. Os filhos colocam seus pais em posição de ídolos - os perfeitos, e vão aos poucos percebendo que não são tão perfeitos, mas iguais aos dos seus amigos, para mais tarde com frequência identifi

carem até como vires; é a derrubada dos ídolos consequente ao triste chavão "faça o que eu digo, mas não o que faço".

A confusão inicial aumenta, quando a censura que os grupos sociais lhes fazem, se juntam as limitações de caráter religioso mal colocados.

Não é de estranhar pois, que em torno do 3º ano de vida se estabeleçam contradições e conflitos da maior importância para a formação do caráter infantil. É então quando a chamada "constelação familiar" adquire um papel decisivo na correção ou na exageração das incipientes linhas e atitudes em face dos problemas educacionais.

Sabemos hoje que a inteligência procede antes de mais nada da "ação" e que um desenvolvimento das funções sensorio-motoras, no pleno sentido do livre manipulação, tanto quanto da estrutura perceptiva fornecida por esta manipulação, constitui uma espécie de propedeutica indispensável a formação intelectual propriamente dita. Daí ser recomendável que o ensino pré-escolar (importância da família) se limite a uma educação sensorio-motora, ficando reservado ao ensino primário o aprendizado sistemático da leitura da escrita e do cálculo. Os trabalhos de Dervay e Montessori se baseiam no fato de que "durante os estágios inferiores, a criança aprende mais pela ação que pelo pensamento", um material conveniente que bem alimente esta ação conduz mais rapidamente ao conhecimento, do que os melhores livros e a própria linguagem.

Hã que considerar de forma destacada as diferenças individuais, desde a herança com toda gama de fatores genéticos; a gravidez com todos os seus riscos; o parto bem ou mau sucedido e especialmente às influências poderosas do "psicogrupo", compondo os ambientes hostis ou favoráveis pela menor ou maior carga hedônica. Diferenças individuais vistas sob os quatro ângulos: do tempo, lugar, caso e indivíduo.

Em posição antagônica vamos encontrar pais "quadrados" como chamam os da geração atual, que se esquecendo como diz Kalil Gibran em "O Profeta", que vossos filhos apenas vêm "através de vós e não de vós", e que já eram do mundo antes de o serem. Pais que equacionam $x + y = 2$ querendo fazer de seus filhos, suas cópias fiéis. Pais que empolgados em seus interesses, egoisticamente enfiam suas cabeças em seus cadinhos de trabalho, para quando as levantarem serem colhidos pelas surpresas decepcionantes de não reconhecer seus próprios filhos que de lagartas já são lindas borboletas, veloz que é a adolescência, como a crisálida, Pais que se esquecendo ou ignorando lutos infantis de mãe, corpo e rol, insistem em relacionarem-se com seus filhos em tristes defasagens não preenchidas, posto que já eles adolescentes e por isso mesmo instáveis, comportando-se ora como adultos, ora como crianças, agravando os fatos nas famílias de muitos filhos, onde uns já adolescentes e outros ainda infantis, o que mais confunde os pais a perceber a importância do ajuste sintônico da interação quase cibernética, exigindo pais verdadeiros atletas psicológicos a saltar para os níveis mentais variados de seus filhos. Que grande choque entre o ideal buscado e o real que

se vive gerando terrível angústia nos educadores os quais in seguros quanto ao como fazer e o que responder aos pais, no quanto resistir o quanto ceder.

Papel da Família na Educação

É evidente que à família cabe a maior parcela na educação. Não apenas porque nos primeiros anos de vida a crianca recebe da família 100% de influência, num decrescendo progressivo, como também já foi dito, poderá ela anular ou desenvolver o trabalho da escola.

No dizer de Jarbas Passarinho, a educação sistemática (a vida da escola) assume 10% da responsabilidade, ficando para os grupos sociais, a educação assistemática (a escola da vida) os restantes 90%. Vale citar o testemunho dado por um adolescente participante de um grupo jovem cristão em atividade em Ipanema. "Nossos pais se preocupam muito com nossas notas escolares, mas com o que nós andamos fazendo mesmo, interessa menos".

Os pais terão que ser educadores, e não necessitam pa-
ra isso cursar faculdades de educação, haja visto os exemplos dos inovadores da pedagogia, os quais não eram educadores profissionais. Comenius, que criou e dirigiu escolas era tecnólogo e filósofo de formação. Rousseau, não dava aulas; Froebel, criador dos jardins de infância, era químico e filósofo; Dewey era filósofo; Mme. Montessori, Claparède e Decroly eram médicos; as bases da grande reforma da educação na França de 1934/65, foram os trabalhos de Langevin, físico e Wallon, médico. Há sim, que destacar os três problemas centrais

do ensino: 1 - Objetivos: aprender a aprender? aprender a inovar? aprender a controlar? 2 - Por quê ramos? da cultura? do raciocínio? da experimentação? 3 - Que métodos usar face ao desenvolvimento mental? Quem deve ensinar a quem? Que áreas prioritárias? Quanto ajudar a fim de não perder a noção de unidade e oportunidade de todos? ao mesmo tempo em que outro grupo deve avançar na pesquisa a implantar no todo é reformular.

Por que não usar as máquinas de ensinar?

Desde a escola reflexológica soviética de Pavlov, passando pelos estudos dos americanos Hull e depois Tolman com base no esquema estímulo-resposta, determinando a formação de hábitos, chegando mais recentemente a Skinner com experiências em pombos, com estímulos manipuláveis à vontade "inputs" e observando as respostas diretas sem conexões internas, "outputs" (concepção organismo caixa-vazio), levaram o autor a afastar o experimentador com suas influências pessoais, substituindo-o pelo trabalho mecânico da máquina. Diz-se que a máquina suprime o fator afetivo. Na verdade, nem sempre a afetividade do mestre desempenha um papel feliz. Claparède dizia que se deveria reservar na formação dos mestres um determinado tempo para exercício de domaçaõ de animais, porque se falta a domaçaõ, o experimentador fica sabendo que o erro foi seu, ao passo que na educação das crianças os impasses são sempre atribuídos ao aluno.

A educação é uma empresa que visa lucro e os pais

despreparados (pais muito moços, incultos, omissos etc) necessitam ser atingidos em um programa imediato e outro permanente como é a própria educação, através da TV educativa (penetrando nos lares, em horas adequadas e motivando); programas de Rádio (tipo Minerva) círculos de Pais e Mestres (reuniões. dinâmica de grupo, conclusões); consultórios da Saúde Pública de pré-natal e pré-nupcial (com clube de noivos e de pais) consultoria permanente, até mesmo em emergência; incentivos para os pais cursados (bolsas para filhos. empregos para os pais mais acreditados - recorde filosofia confuciana: Arrumar o seu eu e a sua família, para depois o seu Estado e talvez o mundo.

Conclusão

- I - Papel importante na educação compete à família e mais diretamente aos pais, à mãe em destaque, levando-se em conta ser a faixa etária pré-escolar a fase do desenvolvimento humano em que se cristaliza o caráter, à guisa de alicerce sobre o qual serão levantadas todas as posteriores assimilações, condicionando a anulação ou exageração do trabalho escolar.
- II - Todas as vivências educacionais no seio da família deverão se fazer com interação hedônica, de tal modo que, casais que se amem; pais que amam seus filhos; filhos que se sintam amados, em ambientes emocionalmente estável, ganhem o mundo com maiores possibilidades de ser felizes e contribuir para o BEM ESTAR SOCIAL.

Conclusão Geral

O desenvolvimento de um povo depende essencialmente da sua educação, somente admitida como:

- Integral
- Permanente
- Planejada
- Adaptada as conjunturas regionais e diretamente ligada a saúde e condições econômicas.

Concluindo, lembremo-nos que é natural subsistirem falhas, pois as deficiências do ensino não são solucionadas a curto prazo num País em desenvolvimento, cujo esforço inicial é muito maior, mas também o mais compensador.

Por isso mesmo os técnicos em educação deverão lembrar-se de que estamos realizando uma renovação nesse campo e isto constitui resposta aos que diziam que o Brasil seria o País do futuro. Para nós o futuro já chegou.

B I B L I O G R A F I A

- 1 - ARAGÃO, R. Moniz de. - Recursos Humanos para as atividades de saúde. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE, 4., Rio de Janeiro, 1967. Anais... Rio de Janeiro, Ministério da Saúde, 1967. cap. 3, pág. 83 - 94.
- 2 - BOLOGNA, I. - Formação Profissional na Indústria. 57 - Rio de Janeiro, O SENAI, 1973.
- 3 - BRAGA, Ernani. - Educação e treinamento de pessoal para as atividades de saúde. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE, 4., Rio de Janeiro, 1967. Anais... Rio de Janeiro, Ministério da Saúde, 1967, cap. 2, B, pag. 45-55.
- 4 - BRASIL. Leis, Decretos, etc. Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971. Rio de Janeiro, MEC, Dep. de Ensino Médio, 1971. 26 pág.
- 5 - BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada. Saúde e saneamento; diagnóstico preliminar. Rio de Janeiro, 1966. cap. 3 pág. 117-22.
- 6 - BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social. Diagnóstico de Educação Física e Desportos no Brasil. Rio de Janeiro, 1970. 400p.
- 7 - BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.

Educação e Recursos Humanos. In: Programa estratégico de desenvolvimento; área estratégica IX - Infraestrutura social. Rio de Janeiro, 1969. V. I.

- 8 - BRASIL. Presidência. Metas e bases para a ação de governo, 1970/73. Brasília, 1970. 265 p.
- 9 - BRASIL. Plano nacional de desenvolvimento. Brasília, 1972.
- 10 - BRASIL. Serviço de Estatística da Educação e Cultura. Estatísticas de educação nacional, 1960/71. Rio de Janeiro, 1972, 110 p.
- 11 - CARVALHO, Guido Ivan de. Ensino superior; Legislação e jurisprudência.
- 12 - CASTRO, Claudio M. Investimento em educação no Brasil; comparação de três estudos. Pesquisa e Planejamento, Rio de Janeiro, 1 (1) Junho 1971.
- 13 - CASTRO, Claudio M. Investimento em educação no Brasil; uma réplica. Pesquisa e Planejamento, Rio de Janeiro 1 (2) Dez. 1971.
- 14 - CASTRO, Claudio M.; ASSIS, Milton P.; OLIVEIRA, Sandra Furtado de. Ensino Técnico; desempenho e custos. Rio de Janeiro, IPEA.
- 15 - CORREA, Arlindo Lopes. A educação na década dos 70.
- 16 - COSTA, Rubens Vaz da. Crescimento demográfico e poluição do meio ambiente. 50 p.

- 17 - DUBOS, René. O homem e seu ambiente Washington, OPAS/OMS, 1966, 19 pag.
- 18 - FOSTER, Jorge H. As culturas tradicionais e o impacto da tecnologia. 1.ed. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964. cap. 4 - 8, pág. 61 - 162.
- 19 - GUANABARA, Secretaria de Educação. Departamento de Educação Física. Relatório: 1972. 150 p.
- 20 - KELLY, C. - Política educacional. s. I. Reper Editora. 197 - 250.
- 21 - LANGONI, Carlos Geraldo. Investimento em educação no Brasil: Um comentário. Pesquisa e Planejamento. Rio de Janeiro, 1 (2) dez. 1971.
- 22 - LENK, Maria. Organização de Educação Física e Desportos. Rio de Janeiro, Impr. Nacional, 1942. 287 p.
- 23 - LEVY, Samuel. O planejamento da educação no contexto do desenvolvimento econômico. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, FGV, 24 (3) jul/set. 1970.
- 24 - LIMA, L. O. - Ingresso na educação. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1969.
- 25 - MELLO, Henrique Bandeira de. Saúde: prevenção, assistência médica e reabilitação... In: BRASIL, realidade e desenvolvimento. São Paulo, Ed. Sugestões Literárias, 1972. cap. 4, item 2, pág. 315 - 26.
- 26 - NISKIER, A. - A Nova Escola. Rio de Janeiro, Ed. Brugue-

na, 1971.

- 27 - PARK, Roberto E. & Sapir Edward. Comunicação, linguagem, cultura. São Paulo, U S P, Escola de Comunicação e Artes, 1971. I V.
- 28 - PERRY, Valed, Comentários à legislação desportiva brasileira. Rio de Janeiro, 1965. 250p.
- 29 - RIO DE JANEIRO (cidade) Universidade Federal. Forum de Ciência e Cultura. Seminário de Comunicação, 3º ciclo. Comunicação sobre educação. Rio de Janeiro, .. 1970.
- 30 - SIMONSEN, Mario Henrique. Brasil 2001. 4 ed. Rio de Janeiro, APEC, 1972.
- 31 ---- BRASIL 2002. Rio de Janeiro, APEC/Bloch, 1972.
- 32 ---- Problemas educacionais no Brasil. In: ---. Ensaaios sobre economia e política econômica. Rio de Janeiro, APEC, 1971
- 33 - TEIXEIRA, A. - Educação e o mundo moderno. Rio de Janeiro, Ed. Nacional, 1969.
- 34 - TORLONI, H. - Estudos de Problemas Brasileiros. São Paulo, Livraria Pioneira Ed., 1972. 357.
- 35 - UNESCO - Planificação da Educação, conferências. Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas, 1971.
- 36 - VEREZA, Lucy Serrano: Educação pelo Rádio.

de Rome

Januar 1877

1877

Januar

